



# CLIPPING

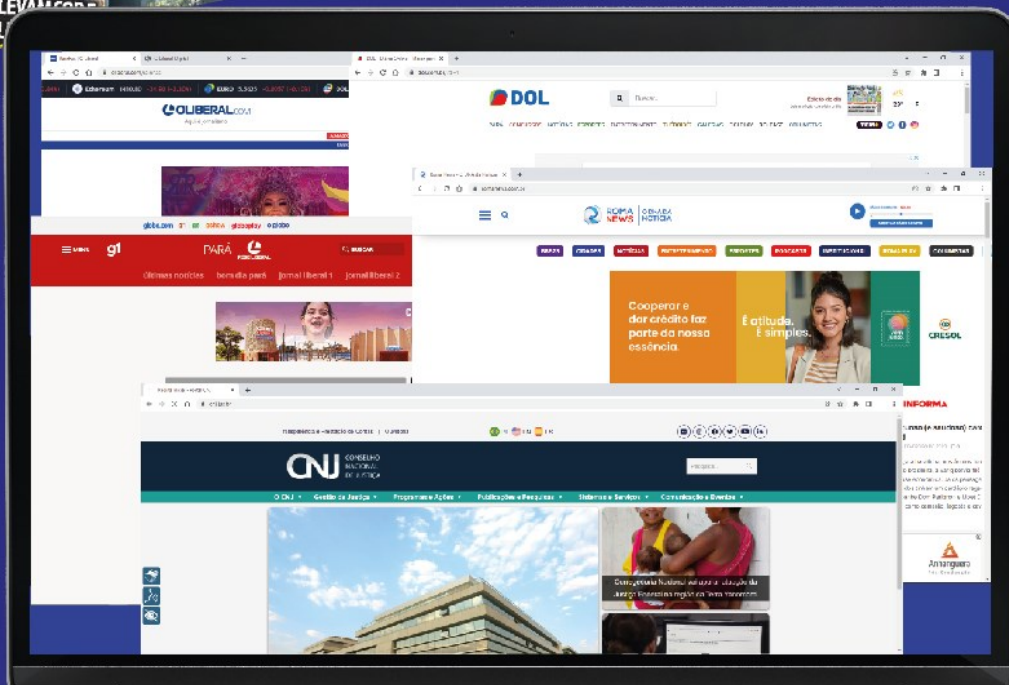
Terça-feira  
23  
de Maio  
de 2023



## SEU BOLSO SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.

### DESEJO OFICIAL ESCOLAS LEVAM CORO BRILHO À AL



# REPÓRTER

---

# 70

---

## > ATERRO SOLUÇÃO

O governo do Estado vai comandar o grupo responsável por encontrar uma solução para o destino do lixo doméstico das cidades de Belém, Ananindeua e Marituba. A decisão foi anunciada na semana passada, durante audiência presidida pelo desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, da 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). A Guamá Tratamento de Resíduos vai encerrar as atividades no aterro sanitário de Marituba em 31 de agosto. Na audiência, os representantes da empresa ressaltaram que não haverá adiamento do prazo.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

**RC REPÓRTER  
CARAJÁS****MARIA DA PENHA (I)  
MARABÁ RECEBE CAPACITAÇÃO**

Magistrados, policiais militares, guardas municipais e rede de atendimento à mulher da Comarca de Marabá, no sudeste do estado, estão participando do curso de capacitação da Patrulha Maria da Penha "O atendimento em rede com perspectiva de gênero". A atividade iniciou nesta segunda-feira (22) e segue até a próxima quarta (24), no Tribunal do Júri do Fórum da cidade, localizado no Núcleo Cidade Nova.

**MARIA DA PENHA (II)  
PALESTRAS SOBRE O ASSUNTO**

A organização do curso é da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar/CEVID do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). A pedagoga Riane Freitas, da Coordenadoria Estadual das Mulheres em situação de Violência Doméstica/CEVID, ministrou na tarde desta segunda-feira (22), a palestra: Tipos de Violência conta a mulher e o atendimento em rede e a importância do formulário de avaliação de risco.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Evento acontece no auditório do Ministério Público em Marabá. [www.vevo.com.br](http://www.vevo.com.br)

## Promotorias promovem enfrentamento ao abuso e exploração sexual infantil

Foram abordadas questões como acionamento, como identificar, para onde encaminhar às vítimas e que tipo de comportamento a escola e os agentes da rede de proteção precisam manter

### INFÂNCIA E JUVENTUDE

REPORTAGEM

**N**a última quinta-feira, 18, foi celebrado o Dia Mundial de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil. Em ação alinhada ao tema, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio das Promotorias de

Justiça de Infância e Juventude de Marabá, promoveu um evento para discutir condutas e ações relativas ao enfrentamento da temática, no Auditório das Promotorias de Marabá.

Na programação do encontro, foi ministrada uma palestra com enfoque nas atuações e estratégias desenvolvidas pelas Promotorias. As palestras fazem parte de um ciclo de eventos, como mesas temáticas, rodas de conversa e painéis, que as promoto-

rias de Justiça Jane Cleide Silva Souza e Alessandra Maria Mardogan têm promovido e apoiado nos municípios de Marabá, Nova Ipixama e Bom Jesus do Tocantins, com o objetivo de elucidar as ações de enfrentamento do MPPA.

Participaram da palestra mais de 300 agentes da rede de proteção dos segmentos da saúde, educação, assistência social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Con-

selhos Tutelares e Conselho de Direitos, com o objetivo de conscientizar, clarificar e, ainda, com os agentes da rede de proteção a respeito das práticas de abuso e exploração sexual infantil.

Também foram abordadas questões como acionamento, como identificar, para onde encaminhar às vítimas e que tipo de comportamento a escola e os agentes da rede de proteção tem que observar e atitudes tomar ao lidar com essas práticas.

Além das palestras, houve uma mesa de debates com a plenária acerca de práticas de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, ministrada pela Promotora de Justiça Jane Cleide Silva Souza, a Juíza de Direito Renata Guerreiro Milhomem de Souza, a Presidente do CMDCA de Marabá, Kellen Nacetti Seravilla Almeida e a psicóloga das Promotorias de Justiça de Marabá, Orléia Souza Costa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Domicílio Judicial Eletrônico prorroga prazo para cadastro e integração

🕒 23 de maio de 2023



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prorrogou por 90 dias o prazo para que bancos e demais instituições financeiras façam o cadastro no Domicílio Judicial Eletrônico e para que tribunais finalizem a integração ao sistema. A alteração foi feita pela [Portaria CNJ n. 129](#), publicada na quarta-feira (17/5). De acordo com o [novo cronograma](#), o período encerra-se em 15 de agosto de 2023.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

O Domicílio Eletrônico permite o acesso direto a comunicações processuais, citações e intimações expedidas pela Justiça brasileira. A plataforma centraliza, em um ambiente judicial virtual, as comunicações processuais enviadas pelos tribunais (com exceção do Supremo Tribunal Federal — STF) a pessoas físicas e jurídicas, partes ou não da relação processual, desde que estejam cadastradas no sistema.

### Efetive o cadastro

Segundo monitoramento do Programa Justiça 4.0, 1.816 bancos e instituições financeiras já se cadastraram na plataforma. A integração dos tribunais ao sistema também avança: conforme [painel de informações](#), 28 estão com a integração em andamento, no ambiente de homologação, totalizando 31 sistemas processuais. De acordo com o painel, estão em integração três tribunais da Justiça Federal — TRF-3, TRF-4 e TRF-5; dois da Justiça do Trabalho — TRT-9 e TST; 21 tribunais estaduais — TJAP, TJAM, TJBA, TJCE, TJDFT, TJGO, TJMA, TJMG, TJMT, TJMS, TJPA, TJPB, TJPR, TJRJ, TJRN, TJRO, TJRR, TJRS, TJSC, TJSE, TJSP; um tribunal militar — TJMSP; e um eleitoral, o TSE.

“Estamos em diálogo com os tribunais para auxiliar o processo de integração ao sistema do Domicílio Judicial Eletrônico, prestando os suportes necessários. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) é parceira na execução do projeto e tem contribuído para a adesão das instituições bancárias”, afirmou Adriano Araújo, juiz auxiliar da presidência do CNJ.

### **Etapas**

A implementação do Domicílio Eletrônico envolve duas etapas. Nessa primeira, os tribunais brasileiros adequam seus sistemas de processo eletrônico ao Domicílio, com o envio das comunicações processuais, e as instituições financeiras fazem o cadastro na plataforma, elegendo perfis de usuário.

A segunda etapa irá contemplar o cadastro das demais pessoas jurídicas, públicas e privadas e de pessoas físicas. A [Resolução CNJ n. 455/2022](#), que

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

regulamenta o Domicílio, prevê a obrigatoriedade de cadastro à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios; aos órgãos da Administração Indireta; e às empresas públicas e empresas privadas de médio e grande porte. O cadastro é facultado às pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, mas o CNJ recomenda que todos o façam.

O cronograma de cadastro da segunda etapa será divulgado oportunamente pelo CNJ na página do [Domicílio Judicial Eletrônico](#).

## **Cadastro**

Por meio de cadastro, os usuários poderão consultar e acessar as comunicações processuais eletrônicas, como também dar ciência de seu recebimento, de acordo com os prazos processuais. O Domicílio Judicial Eletrônico disponibiliza a funcionalidade de acesso ao inteiro teor das comunicações e a opção de ativar alertas por e-mail referentes a cada ato de comunicação.

O CNJ elaborou um Manual do Usuário do sistema para auxiliar pessoas jurídicas e físicas no primeiro acesso. As pessoas jurídicas, entre elas os bancos, devem acessar a plataforma por meio de certificado digital. Para isso, devem instalar o *software* PJe Office. Ao preencherem os dados para cadastro, instituições públicas e privadas podem optar pelos perfis de Administrador, Gestor de Cadastro e Preposto.

[Confira o passo a passo no Manual do Usuário do Domicílio Judicial Eletrônico](#)

O sistema disponibiliza também os perfis de Pessoa Física e Representante. Este último é destinado àqueles que possuem procuração para representar pessoas jurídicas e físicas em um processo.

Conheça o Domicílio Eletrônico: [Conheça o Domicílio Judicial Eletrônico](#)

## **Justiça 4.0**

O Domicílio Judicial Eletrônico é um dos projetos desenvolvidos pelo Programa Justiça 4.0, uma iniciativa do CNJ, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), com o apoio

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

*Texto: Raquel Lasalvia*

*Edição: Thaís Cieglinski*

*Agência CNJ de Notícias*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



# Justiça do Pará anula nomeação de esposa do governador, Daniela Barbalho, para cargo vitalício no TCE

Decisão atendeu ação movida pelo ex-deputado federal Arnaldo Jordy (Cidadania). Daniela assumiu o cargo em março deste ano.

Por g1 Pará e TV Liberal — Belém

23/05/2023 08h27 · Atualizado há uma hora



Daniela Barbalho toma posse como conselheira no TCE. — Foto: Reprodução / Ascom TCE-PA

A Justiça do Pará anulou na noite da segunda-feira (22) a aprovação e a nomeação de Daniela Barbalho, esposa do governador do estado, [Helder Barbalho](#), para o cargo vitalício de conselheira no Tribunal de Contas do Estado (TCE).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

A medida atendeu uma ação movida pelo ex-deputado federal Arnaldo Jordy ([Cidadania](#)). Daniela tinha assumido o cargo em março deste ano, com salário de R\$ 35 mil.

O **g1** solicitou um posicionamento ao TCE e à Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), e até a publicação desta reportagem não recebeu retorno. Além disso, foi solicitado, pelo **g1** e pela TV Liberal, posicionamento à assessoria de Daniela; a resposta também é aguardada.

A anulação é justificada no documento por meio do argumento de que a nomeação configura uma forma de nepotismo, quando há ligação parental em cargos estratégicos públicos.

Pela decisão, o juiz relata que:

“Há fortíssimos indícios da configuração de desvio de finalidade, já que os atos combatidos tiveram por objetivo apenas agradar aos interesses pessoais dos agentes públicos envolvidos.”

O documento também anula os “efeitos dos atos por ela praticados no âmbito do TCE desde a sua nomeação”, e determina “a intimação pessoal da presidente do TCE para que tome ciência e cumpra” a medida.



Liminar da Justiça anula nomeação de Daniela Barbalho a cargo no TCE do Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

A decisão pontua ainda que não houve outro candidato para a vaga além de Daniela, porque a outra pessoa que iria concorrer não se inscreveu a tempo.

A vaga que Daniela Barbalho ocupou ficou aberta em 17 de novembro de 2021. Só após um ano, em dezembro de 2022, a Alepa comunicou a vacância do cargo e iniciou os processos para escolha do novo conselheiro.

### **Moralidade Pública**

No documento, o juiz Raimundo Santana faz um série de pontuações:

1. “Daniela Lima Barbalho é esposa do atual Governador do Estado do Pará (fato público e notório)”;
2. “Embora a escolha da conselheira da Corte de Contas tenha sido derivada de um escrutínio oriundo do Poder Legislativo, a sua efetiva nomeação - até por força constitucional - foi materializada por ato do Governador”;
3. “Entre a indicação pelos líderes partidários, a arguição e eleição pelo Plenário da Alepa, seguida da nomeação pela Casa Legislativa e, enfim, a nomeação da conselheira pelo Governador do Estado transcorreram apenas 5 dias”;
4. “Não houve outro candidato. O outro postulante à vaga teve a sua candidatura indeferida, por ter sido apresentada por voltas das 17h, quando deveria ter sido protocolada até às 14h do último dias do prazo”.



Daniela Barbalho, durante sessão especial de arguição no Plenário da Alepa, em Belém. — Foto: Reprodução / TV Alepa

O magistrado afirma que “não é preciso grande esforço cognitivo, portanto, para concluir que foram gravemente vulnerados os Princípios Constitucionais atinentes à Impessoalidade, à Publicidade e à Moralidade”.

Segundo o juiz Raimundo Rodrigues Santana “a Casa Legislativa, depois de esperar mais de um ano, não se deu ao trabalho de ofertar à sociedade o mínimo de informação acerca do andamento dos procedimentos que antecederam à escolha da conselheira”.

O decreto de nomeação de Daniela foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 15 de março e foi assinado pelo presidente da Alepa, deputado Chicão ([MDB](#)). O parlamentar estava como governador em exercício enquanto Helder Barbalho estava cumprindo agenda fora do Pará.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## **Atuais conselheiros do TCE**

1. Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes
2. Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro
3. Conselheiro Luis da Cunha Teixeira
4. Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira
5. Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior
6. Conselheiro Odilon Inácio Teixeira
7. Daniela Lima Barbalho

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



### Vídeo: Cacique Tembé baleado no rosto recebe alta no Pará

POR THAÍS NEVES | 23 DE MAIO DE 2023, 09:38

O cacique Lúcio Tembé, que sofreu uma tentativa de homicídio ao [levar um tiro no rosto](#), recebeu alta do hospital na última segunda-feira, 22. Ele passou por uma cirurgia de remoção do projétil, que ficou localizado na região da mandíbula. O vídeo foi publicado nas redes sociais por familiares do indígena.

Tembé foi atingido com um tiro no rosto, na estrada que leva à comunidade Turé-Mariquita, localizada no interior de Tomé-Açu, no último domingo, 14. O suspeito, identificado como “Passarinho”, foi preso na noite da última terça-feira, 16, quando ele se preparava para fugir. Segundo as investigações da Polícia Civil, a motivação do crime seria uma discussão sobre tráfico de drogas na aldeia.

A prisão preventiva foi decretada pelo juiz Iran Ferreira Sampaio, após audiência de custódia em Tomé-Açu. Na decisão, o juiz aponta que a prisão cautelar de Juscelino Ramos Dias, conhecido por “Passarinho”, é necessária para a garantia da ordem pública.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Ainda conforme as investigações, o acusado também é indígena. Por isso, o juiz determinou que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) seja oficiada para que, no prazo de 24 horas, indique onde o réu poderá ficar preso.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



PARAGOMINAS

## Integrante de facção que atuava no Pará é presa em operação

A suspeita integrava a cúpula do CV e foi encaminhada até a 13ª Seccional Urbana de Paragominas

quinta-feira, 18/05/2023, 08:30 - Atualizado 18/05/2023, 08:30 - Autor: Com Informações do MPPA



O cumprimento do mandado de prisão foi realizado em Paragominas, sudeste paraense. | Reprodução

Uma integrante da facção [Comando Vermelho](#) foi presa durante uma operação deflagrada pela Polícia Civil em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Pará (Gaeco/MPPA).

A operação cumpria o mandado de prisão preventiva em desfavor de Leila Cristina do Nascimento. A ordem foi emitida pela Vara de Combate ao Crime Organizado no Pará sob a justificativa de fazer parte de uma organização criminosa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



A notícia da prisão foi divulgada pelo MPPA na última quarta-feira (17) no município de Paragominas, sudeste paraense. Leila era esposa de Deivid Palheta e [integrava a cúpula do CV](#), um dos 13 conselheiros finais e que exerce a função de tesoureiro geral da organização.

Leila foi encaminhada até a 13ª Seccional Urbana de Paragominas, onde foi submetida aos procedimentos de praxe.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



DISPUTA JUDICIAL

## Sócios da Hiléia e do Frango Americano brigam na Justiça

gantes do setor alimentício do Pará apresentam o mesmo quadro de disputas judiciais entre os sócios pelo controle das empresas, afirma o colunista Mauro Bonna.

segunda-feira, 22/05/2023, 20:27 - Atualizado 22/05/2023, 21:00 - Autor: DOL, com informações de Mauro Bonna



Disputas entre sócios das empresas Hiléia e Frango Americano seguem na Justiça, sem data para encerrar | Divulgação e Reprodução/Google Street View

A saúde financeira de qualquer empresa precisa de muito mais do que equilíbrio das finanças: também é necessário que haja uma sinergia entre os sócios que compõem a administração do negócio para que a organização seja mantida.

No último domingo (21), o colunista Mauro Bonna divulgou que duas das maiores empresas do setor alimentício do Pará estão passando por conflitos no quadro societário.

Bonna afirmou que as administrações da Hiléia e do Frango Americano vivem um momento delicado quanto à relação entre os sócios.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

De acordo com o colunista, a indústria Hiléia, famosa pelos salgadinhos "Skilhos", biscoitos "Kicks" e outros produtos derivados de massas, está no centro de uma disputa entre sócios que já foi parar na Justiça.

Já no Frango Americano, sediado em Santa Izabel do Pará, o cenário é quase o mesmo. A briga é pelo controle do Grupo Watanabe, que está por trás dos negócios. A Justiça também já foi acionada. Vale lembrar que o fundador do conglomerado empresarial, [Yasuhide Watanabe, faleceu no início do ano passado](#), aos 71 anos.

O Frango Americano é considerado o maior grupo empresarial do setor avícola do Norte do Brasil, com unidades instaladas nos estados do Tocantins, Piauí e Maranhão. A Hiléia, prestes a completar 60 anos de fundação em 2024, possui cinco grandes fábricas, sendo a matriz em Castanhal e outras em Belém, Manaus (AM), Teresina (PI) e Pato Bragado (PR).

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)